

Resumo: Uma leitura contextualizada da realidade da Amazônia permite observar a gravidade da situação em que se encontram tanto o ecossistema quanto os povos indígenas que ali habitam. Atualmente, 17% da Amazônia (26 mil quilômetros quadrados) está desmatada em função dos investimentos do agronegócio e das madeireiras. E nos últimos 500 anos, 1477 povos indígenas foram extintos. Organizações, como o Conselho Indigenista Missionário- CIMI, ajudam os povos indígenas a resistirem em seus territórios. Isso favorece para reverter, ainda que timidamente, o quadro de extermínio dos índios, ajuda-os a assumirem a própria identidade e a lutarem por direitos. Mas todo projeto a favor da Amazônia deve ser global, uma vez que ela é parte do mundo globalizado. Nesse projeto, da Igreja e dos organismos que defendem os povos indígenas, é preciso ouvir a voz dos sujeitos da Amazônia, compreender o direito à alteridade e ao território, condenar todo tipo de invasão. Assim, é possível sonhar com o protagonismo indígena, tendo atitudes proféticas no meio dos conflitos e acreditando num mundo melhor para todos.

Abstract: Within the context of the Amazon region a wider viewpoint is had on the crucial situation of the ecosystem affecting the autochthonous inhabitants. As of today, 17% of the Amazon region (26 thousand square kilometers) is deforested so that its area becomes available for plantation and for other uses of the lumber companies. In the last 500 years some 1477 native populations became extinct. Organizations such as CIMI (Conselho Indigenista Missionario) intent to help the native populations to resist further attempts at devastating this area. The result is in favor of the natives by preventing their extermination and helping them to reassert their identity as they engage in demanding their legitimate rights. It is to be noted however that the project in favor of the Amazon region has a global dimension since it is part of the world as a whole. The Church as well as other world organisations lend their voices for the defense of the native populations against aggressions of all kinds in detriment of the territory and its inhabitants.

Povos Indígenas na Amazônia Brasileira¹

Paulo Suess

¹ Este texto que representa uma síntese de muitos colaboradores do Cimi, foi originalmente apresentado no Simpósio Regional sobre a Amazônia: "Da Amazônia que temos à Amazônia que queremos", realizado em Belém, de 6



“É livre quem pode pensar, expressar, viver conforme seus princípios, dizer sim ou não, para viver com dignidade. Já fomos muito explorados, humilhados e massacrados. Resistimos a todas as formas de invasão, colonização forçada, degradação cultural e extinção decretada.”

31.^a Assembléia Geral dos tuxauas de Roraima, 23 de junho de 2004.

1. Primeira aproximação

A Amazônia é conhecida por chavões como “pulmão do mundo” e “inferno verde” e por mitos como “Eldorado” e “Éden” (paraíso perdido).² Pescadores contam estórias sobre a cobra grande na “maior reserva mundial de água doce”. O viajante fantasista cede lugar ao viajante cientista e este, por sua vez, ao viajante inventarista. “No Brasil do século XIX, o negro sustenta as elucubrações humanitárias dos indianistas, enquanto ao Norte, na Amazônia, o escravo é de outra raça: o nordestino, que vende por x a borracha produzida em condições sub-humanas e compra por 2x, no barracão do ‘coronel’, os produtos de que necessita para continuar subvendo”.³ Hoje, os olhares e radares, cobiça e preocupação de organizações mundiais, militares e empresas mineradoras e madeireiras, cientistas e ambientalistas, se voltam para a Amazônia que se transforma de inferno verde em deserto vermelho.⁴

O avanço do agronegócio capitalista sobre a Amazônia é como um trator que derruba casas e árvores, jardins e roças de ribeirinhos e povos indígenas. Motosserras e plantação de soja, exploração de minérios e os quartéis dos militares fazem parte de programas oficiais, uns, como dizem, para o desenvolvimento, outros, para a proteção. Ambos causam devastação. O discurso da “exploração sustentável” é semelhante ao discurso da “tortura suportável”. O inventor da dinamite, Alfred Nobel

a 8 de maio de 2005. Para a publicação sofreu alguns cortes e mudanças, sem totalmente eliminar o estilo coloquial.

- 2 Cf. Sergio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil, 4. ed. São Paulo: Nacional, 1998.
- 3 Cf. Marcos F. Krüger Aleixo, A Amazônia na visão dos viajantes, in: Congresso Brasileiro de Tropocologia, 1, 1986, Recife. *Anais*, Recife: Fundaj, Massangana, 1987, p. 159-163.
- 4 Cf. Egon. D. Heck; Gunter. F. Loebens, *Amazônia indígena: conquistas e desafios*, in: *CEAS*, 30.8.2003. Cf. também o site do Cimi (www.cimo.org.br) e do ISA (www.socioambiental.org).



(1833-1896), com os lucros obtidos pela indústria bélica do século 19, destinou em seu testamento parte de sua fortuna para os hoje cobiçados Prêmios Nobel. O elo entre a dinamite e o Prêmio Nobel da Paz lembra, embora em dimensões tupiniquins, a tentativa da Cargill, a maior exportadora de soja em grãos do País, de investir numa ONG, com o nome bem brasileiro de *The Nature Conservancy* (TNC), que emite certificados de uma soja socioambiental e politicamente correta. Portanto, a Cargill incendiária, símbolo da vitória do capital multinacional e da derrota da região, a maior devastadora da Amazônia, com um porto em Santarém de onde leva a produção para longe dos seus produtores, essa Cargill de mãos dadas com a ONG subvencionada com R\$ 1,2 milhão do governo britânico, veste o uniforme de bombeiro.⁵

Hoje, 17% da Amazônia está desmatada. Da área agricultável, 55% tem soja plantada e 35% arroz. Restam 10% para os habitantes da região. No cenário do desmatamento da Amazônia, outro incendiário disfarçado de bombeiro chama-se Imaflora, uma empresa certificadora do setor madeireiro. Não precisamos do Greenpeace para saber que todo o discurso da sustentabilidade socioambiental é um discurso conivente com o projeto do capitalismo selvagem. A indústria do grão, que exige o cultivo extensivo, é concentrador de território e provoca o problema social ao substituir mão-de-obra local por máquinas importadas e o mercado da região pelo mercado externo. “Além disso, a soja provoca uma perda rápida de nutrientes do solo, o que pede uma compensação com insumos agrícolas”,⁶ diz Paulo Adário, o coordenador da campanha Amazônia do *Greenpeace*. A BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), está se tornando um corredor da morte, porque do agronegócio da soja, da madeira e do gado poucos participam. O desmatamento na Amazônia para o período 2003-2004 abrange uma área de aproximadamente 26 mil quilômetros quadrados, o que representa um crescimento de 6,23%.⁷ Nem as áreas reservadas para povos indígenas escapam desse desmatamento, embora grileiros e madeireiros sejam proibidos de entrar nelas. Tais áreas, aliás, deviam servir de barreira ao avanço da fronteira agrícola.

5 Cf. Cristina Amorim, *Soja amazônica poderá ser certificada*, in: *O Estado de São Paulo*, (25.4.2005), p. A16.

6 *Ibidem*.

7 Cf. Luciana Constantino, *Desmatamento é o 2.º mais alto da história*, *Folha de São Paulo*, *Folha Ciência* (19.5.2005), p. A19.



O Brasil é atualmente o maior exportador mundial de carne e de soja. Mas também a exportação da madeira está crescendo. Passou de 14% (do mercado mundial) em 2000 para 36% em 2004, segundo dados do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia/Imazon.⁸ Grilagem de terra, especulação fundiária, venda ilegal de madeira, incompetência, concorrência e divergência ministerial (Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, Fazenda, Justiça) e falta de recursos para a supervisão adequada das áreas e a aplicação das leis, pelo Ibama, por exemplo, são apenas coadjuvantes do ator principal, que é o modelo econômico concentrador e exportador. A ameaça física dos povos indígenas na Amazônia é uma constante histórica. Nos últimos 500 anos, 1477 povos indígenas da Amazônia foram extintos.

POVOS INDÍGENAS EXTINTOS NOS ÚLTIMOS 500 ANOS⁹

REGIÃO	POVOS EXTINTOS
Nordeste	344
• Bahia	139
• Piauí	49
• Maranhão	43
• Ceará	42
• Pernambuco	30
• Alagoas e Sergipe	18
• Rio Grande do Norte	13
• Paraíba	10
Sudeste	143
• Minas Gerais	91
• Rio de Janeiro	24
• São Paulo	14
• Espírito Santo	14
Sul	33
• Paraná	16
• Rio Grande do Sul	12
• Santa Catarina	5
Centro-Oeste	137
• Mato Grosso	84
• Mato Grosso do Sul	32
• Goiás e Tocantins	21
Norte	820
• Amazonas	370
• Pará	223
• Rondônia	100
• Roraima	57
• Amapá	38
• Acre	32
Total	1.477

8 Cerca de 40% da madeira amazônica exportada vai para a União Européia, da qual a França, com 11% do total, é líder; 31% vai para os Estados Unidos, seguido pela China com 14%. Cf. Marcelo Leite, l.c.

9 Fonte: Conselho Indigenista Missionário – Cimi. *Outros 500: Construindo uma Nova História*. São Paulo: Salesiana, 2001.



Os relatos dos primeiros cronistas, como Frei Gaspar de Carvajal¹⁰, das viagens de portugueses e espanhóis, ao longo dos Rios Solimões e Amazonas, nos séculos 16 e 17, destacam a abundância de alimentos que encontraram em todas as povoações.¹¹ As projeções feitas a partir de documentos e de pesquisas arqueológicas estimam a população indígena, por ocasião da conquista, entre 3 e 5 milhões de pessoas, na Amazônia brasileira. Ainda que não seja possível precisar, sabemos que existia um número muito grande de povos indígenas nessa época. Entre 1250 e 1400 havia, segundo um artigo de Michael Heckenberger publicado na revista *Science*, na região do Xingu, grandes aldeias com até 500 mil metros quadrados e 5 mil pessoas.¹² A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das grandes catástrofes demográficas da história da humanidade e um etnocídio sem precedentes.

Os massacres contra os povos indígenas voltariam a se repetir, já recentemente, a partir das décadas de 1960 e 1970, com os discursos de desenvolvimento e integração da Amazônia. A política desenvolvimentista começou a rasgar a floresta com a abertura de estradas como a Transamazônica, a Belém-Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte. Povos como os waimiri-atroari, yanomami, arara, parakanã, cinta-larga, nambikwara, entre muitos outros, foram duramente atingidos, inclusive por expedições de extermínio com participação do poder público.

Mas a década de 1970 marca também um novo capítulo na luta e resistência indígenas. Os povos indígenas apoiados, sobretudo pela Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário/Cimi, começaram a se encontrar e discutir seus problemas em grandes assembleias indígenas. Ocupando espaços nos meios de comunicação, denunciaram o projeto de extermínio da ditadura militar que propunha o fim dos índios até o ano de 1998, e constituíram variadas formas de articulação e organização para fazer avançar concretamente conquistas injustas e legais ao mesmo tempo. As medidas governamentais para legitimar o

10 Frei Gaspar de Carvajal, "Relação ... do novo descobrimento do famoso Rio Grande", in: IDEM et alii, *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Nacional, 1941.

11 Cf. Antônio Porro, *As crônicas do rio Amazonas*. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia, Petrópolis: Vozes, 1993.

12 Cf. Washington Novaes, Índio plantando soja?, in: *O Estado de São Paulo*, (26.9.2003), p. A2.



discurso do “desenvolvimento sustentável”, como por exemplo, o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, conhecido como Demate, são apenas disfarces no interior de uma política da „tortura suportável”. Nesse contexto não há lugar para os povos indígenas. A continuidade do seu projeto histórico leva a rupturas com o sistema que gira em torno do eixo “custo–benefício”. A causa dos povos indígenas é uma causa de resistência e de militância no interior do projeto mais amplo de um mundo para todos.

2. Contextualização na Amazônia indígena

Nesta contextualização procuramos ver e ouvir; ver a complexa situação da Amazônia indígena e ouvir algumas das suas vozes.

2.1. População

Na Amazônia, que é um mundo no plural apesar de uma aparente monotonia da paisagem, pode-se aprender a respeitar a alteridade das pessoas, da geografia e do tempo. Dos 235 povos indígenas que habitam o solo brasileiro e que falam 180 línguas diferentes, aproximadamente 180 povos indígenas vivem na Amazônia Legal, ou 77% do total. A tendência demográfica que apontava para o extermínio total dos índios começou a ser revertida a partir da década de 70. Segundo os dados oficiais da época, a população indígena não ultrapassava 100 mil pessoas. Desde então, a luta dos povos indígenas foi conquistando espaços territoriais e condições psicológicas, que permitiram o crescimento demográfico. Povos que mantinham a sua identidade oculta sentiram-se encorajados a assumi-la publicamente. As estatísticas começaram a registrar uma numerosa população indígena nos centros urbanos. Esses fatores contribuíram para que a população indígena registrada pelo levantamento do IBGE em 2000 somasse 734.131 pessoas, das quais 350.834 localizadas nos territórios e 383.297 nas cidades. Considerando a população localizada nas terras indígenas, vivem na Amazônia, segundo os dados do IBGE, 208.522 índios, ou 59,40% da população indígena brasileira.

É significativo constatar que na região Amazônica, de acordo com os dados do IBGE, vivam 60% dos índios residentes nas suas terras e apenas 16% nos centros urbanos. Considerando que, em extensão, mais de 98% das terras indígenas estão localizadas na Amazônia, podemos



afirmar que existe uma relação direta entre a quantidade de terra e o nível de preservação dos recursos naturais nela existente.

O fenômeno dos “índios resistentes”, que reassumem a sua identidade étnica, ficou, inicialmente, mais ligado ao Nordeste. Hoje, “índios resistentes” encontram-se também na Amazônia, como por exemplo no Baixo Tapajós, onde cinco povos lutam pela sua terra e pelo seu reconhecimento étnico.

Existem ainda povos ou comunidades indígenas isolados, praticamente sem contato com a sociedade brasileira. Na maioria das vezes são desconhecidos a identidade étnica, a língua falada e o número de pessoas desses grupos. Sabe-se, no entanto, que todos essas comunidades isoladas vivem na Amazônia Legal: Rondônia (12), Amazonas (11), Mato Grosso (9), Pará (8), Maranhão (3), Acre (1), Amapá (1) e Goiás (1).

2.2. Ouvir a voz dos sujeitos da Amazônia

A Amazônia faz parte de um mundo globalizado. Sem um outro projeto de desenvolvimento nacional e global, não há “soluções” para a Amazônia. A luta pela Amazônia é travada em nível local, nacional e global. A resistência dos povos da Amazônia contra o projeto em curso, é um bom começo para criar uma nova consciência nacional e mundial e, através dela, uma nova realidade. Qualquer projeto que envolva a Amazônia precisa ouvir, informar e consultar as populações da Amazônia.

No documento final do IV Fórum Social Pan-Amazônico, que se reuniu em Manaus (18 a 22 de janeiro de 2005), antes do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, para discutir sobre “Diversidade, Soberania e Paz”, povos, organizações, lideranças indígenas, instituições e movimentos aliados da causa indígena constataram:

“A impressionante sociodiversidade existente na Amazônia é marcada pelas experiências históricas de povos milenares, que resistem às investidas do neoliberalismo, contribuindo dessa forma significativamente para a proteção das diferentes formas de vida nela existentes.

A contribuição dos povos indígenas está sendo gravemente ameaçada pelas ações predatórias decorrentes do modelo de desenvolvimento implementado pelos governos dos países amazônicos, submissos aos interesses de empresas transnacionais (petrolíferas, mineradoras, madeireiras, empreiteiras) e de setores oligárquicos interessados na exploração dos recursos naturais existentes nas terras indígenas.



Os grandes projetos ameaçam a continuidade física e cultural dos povos indígenas, ao destruírem o seu habitat, a sua cultura, e os recursos naturais necessários para sua existência.

Os Estados nacionais amazônicos, apesar de terem Constituições que na sua maioria reconhecem os direitos dos povos indígenas, na prática adotam políticas que afrontam esses direitos, chegando em muitas ocasiões a considerar os povos indígenas como ameaças à soberania.

Os Estados nacionais têm sido omissos, coniventes e às vezes responsáveis diretos por atos de violência contra os povos indígenas, tal como acontece na Colômbia, onde estes são vítimas da guerra infinita patrocinada pelo governo norte-americano, através do Plano Colômbia.

As fronteiras dos Estados nacionais significaram violenta divisão de muitos povos e culturas milenares da Amazônia, impedindo até hoje o seu livre trânsito nos seus territórios tradicionais.

A falta de regularização e proteção das terras indígenas constitui um incentivo aos invasores, gera conflitos e revela a falta de compromisso dos diferentes governos com a existência futura desses povos enquanto sujeitos históricos detentores de direitos e portadores de identidades e culturas distintas”.

Esse documento é de grande importância por causa dos seus autores, que configuram uma aliança inter-étnica e pan-amazônica e por causa de sua postura política, que insere os conflitos amazônicos na macroestrutura capitalista em sua fase tardia do neoliberalismo. As grandes serrarias, que já exauriram o potencial madeireiro em outras regiões do mundo, agora seguem em direção à Amazônia, disfarçadas de investidores que levam o progresso.

No 2.º Encontro Continental, organizado pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), Confederação de Povos da Nacionalidade Kichwa do Equador (ECUARUNARI), e a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), numa Declaração de Quito, de 27 de julho de 2004, os 64 povos e nacionalidades indígenas elencaram uma série de conflitos provocados em seus territórios:

“Os governos nacionais, seguindo as diretrizes do FMI, BM e BID, nos devastam com o pagamento da dívida externa e estão revertendo nosso direito coletivo à terra, modificando legislações para permitir sua privatização, a associação com empresas e a apropriação individual.

Denunciamos que os governos nacionais da América estão empregando cada vez mais a repressão violenta caracterizada pela violação de nossos



direitos humanos e direitos como povos; a criminalização de nossos atos em defesa da vida e cerimônias espirituais; a paramilitarização; a expulsão de nossas terras, a ocupação militar; a cooptação e corrupção de autoridades locais e dirigentes; a promoção de projetos que tratam de ‘compensar’ os prejuízos causados por empresas transnacionais; o suposto repartir eqüitativo de benefícios; a migração forçada; e promovem a divisão, confronto e o enfrentamento armado entre comunidades para impor sua política de exclusão, racista e opressiva.

Nós nos opomos taxativamente ao estabelecimento de planos como o de Integração de Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA), o Plano Puebla Panamá(PPP), o Plano Patriota, o Plano Colômbia, o Plano Dignidade, o Plano Andino, a criação de bases militares, bem como o estabelecimento da ALCA e dos TLCs (Tratados de Livre Comércio), que são impulsionados no marco da OMC e para o benefício dos países saqueadores do planeta, já que o que pretendem é a criação da infraestrutura para a circulação de suas mercadorias, a usurpação dos recursos naturais de nossas terras e territórios e a proteção das empresas transnacionais. Caracterizamos tudo isso como planos de invasão para o saque, a destruição e a morte”.

As terras indígenas na Amazônia Legal, como no restante do País, são extremamente vulneráveis, invadidas constantemente por madeireiros, garimpeiros, peixeiros, fazendeiros, posseiros, biopiratas e outros aventureiros em busca do lucro fácil. No sul do Pará, na terra indígena kayapó, por exemplo, tem origem um grande contrabando de mogno. Em Rondônia, terras indígenas continuam sendo arrasadas pela exploração ilegal de madeira e pelo garimpo. A terra indígena yanomami até hoje não está livre da invasão de garimpeiros. Garimpo em território indígena significa rios poluídos, desequilíbrio econômico e familiar, prostituição e bebidas alcoólicas.

Os participantes do Simpósio “Da Amazônia que temos à Amazônia que queremos” advertiram, num manifesto do dia 8 de maio de 2005, para a continuidade da colonização da Amazônia:

“A Amazônia que temos é fruto do modelo de desenvolvimento alheio aos interesses do povo da região. Sua inserção na economia sempre ocorreu em condições de subordinação e exploração. Os planos de desenvolvimento jamais consideraram a preservação dos recursos naturais e as tradições culturais dos povos da região. O processo de ocupação e exploração dilacerou a natureza e o homem amazônidas. (...)



A Amazônia que temos não abandonou as práticas da histórica formação do espaço brasileiro. Somente nos Estados do Pará e Amazonas, 58 milhões de hectares de terra são oriundas da grilagem. O desmatamento atinge patamares nunca monitorados pelos satélites, colocando municípios paraenses na liderança como é o caso de São Félix do Xingu, líder em desmatamento no Brasil, de trabalho escravo, de violência e de conflitos no campo.(...)

A Amazônia que temos tornou-se tristemente famosa pela violência, impunidade e os conflitos no campo e na cidade. Dos 772 assassinatos de trabalhadores rurais das últimas três décadas, em apenas três casos os mandantes dos crimes foram julgados: um deles cumpre a sentença em prisão domiciliar, os condenados de outros aguardam julgamento de recursos em liberdade. (...)

A Amazônia que temos é manchada com o sangue de seus mártires. O assassinato da Irmã Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005, chocou o Brasil e o mundo. (...)

A Amazônia que temos, saqueada e devastada, teve como principal agente impulsionador o Estado Brasileiro. O povo amazônida não é consultado. (...)

A Amazônia que queremos deve preservar a história da resistência negra, cabocla e indígena, que coloca a pessoa humana e o mundo criado por Deus como centro e sujeito do desenvolvimento. (...).”

Existe também um outro tipo de invasão oficial, promovido por projetos governamentais e privados, como a construção de hidrelétricas, hidrovias, linhas de transmissão de energia, projetos militares, criação de municípios, ecoturismo e criação de unidades de conservação, para os quais os limites das terras indígenas não têm o menor significado. As importantes conquistas territoriais obtidas pelos índios nesses últimos trinta anos, como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas yanomami, Alto Rio Negro e Vale do Javari, correm o risco, pela ilegalidade de novas invasões, de se transformar num grande engodo.

3. O caso da terra indígena Raposa Serra do Sol

Tudo que foi dito nestas primeiras aproximações e contextualizações pode ser demonstrado no caso concreto em torno da demarcação do território indígena “Raposa Serra do Sol”, no dia 15 de abril de 2005 melancolicamente homologado, depois de trinta anos de resistência. Nesse período, os povos indígenas de Roraima sofreram 23 assassina-



tos das suas lideranças, a destruição de aldeias inteiras, discriminação, omissão do Estado.¹³

3.1. O direito à alteridade e ao território

Os povos indígenas conquistaram com a Constituição Federal de 1988 (título VIII, “Da Ordem Social, capítulo VIII, “Dos Índios”) direitos básicos sobre seus territórios. Esses direitos sobre as terras indígenas, habitadas tradicionalmente e em caráter permanente pelos índios, são reconhecidos como “originários”, portanto, anteriores à criação do próprio Estado. Além disso, a Constituição aboliu a perspectiva assimilacionista das Constituições anteriores que considerou a diferença cultural dos povos indígenas como algo transitório. A Constituição reconhece o direito à diferença e à posse permanente e usufruto exclusivo (art. 231): “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

3.2. As invasões

No decorrer desses trinta anos de luta pela demarcação do território dos povos Makuxi, Ingarikó, Taurepang, Wapichana e Pantamona, somando mais de 15 mil indígenas que vivem em 148 aldeias, foram usados os mais variados artifícios para obstruir essa demarcação. “As leis que deveriam assegurar nossos direitos”, declararam os tuxauas em sua 31.^a Assembléia de 2002, “são sistematicamente violadas. Prova disso é a criação de municípios e imposições de projetos oriundos do Programa Calha Norte e a Interiorização da Rede Elétrica de Guri”.

Vilas e municípios. “Com a criação ilegal dos municípios de Uiramutã e Pacaraima, no ano de 1995, nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, respectivamente, crescem a cada dia a disseminação de bebida alcoólica, a prostituição, a propagação de drogas, os abusos de autoridades, as agressões físicas e a tortura, o loteamento das terras, e a ampliação de invasões nas regiões Morro do Quiabo e Alto Miang”.¹⁴ No

13 Cf. CIR/Cimi, Raposa Serra do Sol, enfim homologada, in: *Porantim* XXVI/275 (Maio 2005), Encarte Especial.

14 Cf. a seguir a Nota da 31.^a Assembléia Geral dos Tuxauas 2002, de 23 de junho de 2004, disponível no *site* do Cimi (www.cimi.org.br).



município de Pacaraima, ocorrem crimes ambientais como a instalação de lixeira e matadouros clandestinos, que despejam resíduos nas cabeceiras do Rio Miang e Igarapé Samã, e ainda há as lavouras de arroz “Depósito” e “Canadá”, que despejam agrotóxicos em igarapés e rios.

As vilas de Uiramutã e Pacaraima são antigas bases de apoio ao garimpo, já na época ilegais por se situarem em terras indígenas imemorais.

Bases militares. Nessas vilas, implantaram-se destacamentos da Polícia Militar, nos quais ocorrem, segundo a nota dos tuxauas, perseguições às lideranças, abusos de autoridade, prisões ilegais, espancamentos e torturas. A Polícia Militar dá cobertura à permanência de não-índios, que destroem moradias e retiros.

Com a reativação do Programa Calha Norte, começou a ser construído um quartel na maloca Uiramutã, na terra indígena Raposa Serra do Sol. A base militar, construída com o pretexto da soberania nacional, está, por seu efeito de desestruturação social, sendo contestada pelas comunidades indígenas. Ao redor das bases militares crescem aglomerações urbanas e invasões, como constatado em Pacaraima após a implantação do 3.º PEF na terra indígena São Marcos. As manobras e os treinamentos militares representam um terror psicológico, agredindo a organização sociocultural, crenças, línguas, costumes e tradições indígenas. Os tuxauas denunciam que “as mulheres indígenas são vistas pelos militares como objetos sexuais”. E o diretor do Departamento de Pessoal do Exército, general Alcedir Pereira Lopes, citado pelos tuxauas através da *Revista Brasil Rotário*, confirma a denúncia dos índios, declarando: “Quando falam que em Surucucus os soldados estão tendo relacionamento sexual com as índias, isso não quer dizer nada, porque todo mundo pode ter relação sexual com qualquer pessoa. E não tem outro tipo de mulher lá. Isso acontece realmente (..)”.¹⁵

Outras invasões. No território yanomami demarcado continuam as invasões através da abertura de estradas: garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, pescadores, militares. Todos colaboram para a destruição das florestas, causando um desequilíbrio ambiental. E por intermédio desses invasores aumentam as doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis e aids. Continuam as invasões de fazendeiros, mesmo nas

¹⁵ Cf. *Revista Brasil Rotário* (Set. 2001).



terras que já estão com os procedimentos demarcatórios concluídos, inclusive com indenização de suas benfeitorias já efetivadas. Estão ocorrendo, segundo os tuxauas, vendas das ocupações de invasores a outros invasores. As Unidades de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima e o Parque Nacional Serra da Mocidade se sobrepõem às terras indígenas Raposa Serra do Sol e Yanomami, desrespeitando o dispositivo constitucional da posse permanente e do usufruto exclusivo dos recursos naturais.

Arrozais. Os tuxauas da 31.^a Assembléia denunciaram os rizicultores por invadirem a terra indígena Raposa Serra do Sol com lavouras de arroz, destruindo a natureza com desmatamento, uso intenso de agrotóxicos, que poluem as águas dos rios Surumu, Cotingo e Tacutu, matando os pássaros, os peixes e os animais silvestres. Em consequência disso, as lagoas naturais estão secando e as pessoas ao seu redor estão ficando doentes e empobrecidas. A prefeitura de São João da Baliza construiu as vicinais que avançam sobre a Terra Indígena Wai Wai e têm provocado desmatamentos, invasão de colonos e garimpeiros.

Asfaltamento da BR-174. “O asfalto da BR-174 no trecho Boa Vista/Pacaraima, realizado sem consulta das comunidades, tem causado grandes prejuízos, mortes (...). Não há nenhum estudo dos impactos ambientais e socioculturais, e os danos são inúmeros. Com esses precedentes, estamos preocupados com o asfaltamento da BR-401, que atravessa 37 quilômetros na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.”

Energia. “Acordo firmado entre as lideranças indígenas da terra São Marcos e a Eletronorte para a passagem do Linhão de Guri no interior da terra não foi respeitado, pois previa a retirada de todos os posseiros antes da interligação (...). As lideranças denunciam que a Companhia Energética de Roraima (CER) iniciou o processo de implantação sem que as comunidades indígenas se manifestassem (...). O projeto de barragem do Jatapu trouxe operários que “carregaram nossas mulheres, ainda meninas”, para as cidades, destruindo a vida familiar.

Política vacilante. A política do governo Lula, disposta a negociar os direitos dos povos indígenas em função de apoio de partidos políticos, tem contribuído para aumentar a audácia dos invasores que se traduziu em demandas judiciais que impediram por muito tempo a homologação. É significativa a resistência do governador Ottomar Pinto, que decretou luto oficial de sete dias no Estado de Roraima por causa da homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.



A Portaria n.º 534, de 13 de abril de 2005, que permitiu a assinatura do decreto presidencial de homologação da demarcação em área contínua de terra indígena Raposa Serra do Sol, fez com que fosse mantido o núcleo urbano do município Uiramutã, criado quatro anos depois da conclusão da identificação da terra indígena, pela Funai. Manteve também as estradas e o Parque Nacional do Monte Roraima, que traz à terra Raposa Serra do Sol a questão da superposição de unidades de conservação em terras indígenas.

Ainda na véspera da festa da homologação, na madrugada de 17 de setembro 2005, fazendeiros reagiram queimando o Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol. Um grupo de 150 homens armados invadiu o local destruindo uma igreja, um hospital e uma escola localizados no lugar da antiga Missão Surumu. Nesse lugar, desde 1975, foram realizadas as primeiras Assembléias Indígenas da região.¹⁶

4. Apontamentos pastorais: sonhar é preciso

Em 1968, na época das revoltas estudantis e de Medellín, ninguém falava e acreditava no protagonismo dos povos indígenas. Para a cobiça mundial, a Amazônia começava a ser um objeto de desejo. Nesses quase 40 anos, Brasil compreendeu, a Amazônia não pode ser defendida nem vendida sem os povos indígenas.

4.1. O protagonismo indígena

O futuro da causa indígena passa pelo protagonismo dos próprios povos indígenas. Eles são as vítimas de uma colonização que até hoje continua. Em seus discursos axiais da Sinagoga de Nazaré (Lc 4), das Bem-aventuranças (Mt 5) e do Último Juízo (Mt 25), Jesus de Nazaré é muito claro. Os protagonistas e o núcleo central de seu projeto, que é o Reino, são **as vítimas**. Um dos imperativos missionários de hoje é a tradução da opção pelos povos indígenas para uma opção e articulação com os povos indígenas. Desde o início da década de 70 começaram, timidamente, a surgir novas formas de organização indígena. Esse processo de conscientização e enfrentamento organizado teve um grande impulso com a realização da 1.ª Assembléia dos chefes indígenas, que aconteceu

¹⁶ Cf. *Porantim* XXVI/279 (Outubro 2005), p. 8s.



em Diamantino, no Mato Grosso, em abril de 1974. Rapidamente foram acontecendo assembléias regionais e nacionais, inicialmente com maior intensidade na região amazônica.

Na década de 80, multiplicaram-se as organizações por povos, regiões, atividades, gênero, organizações de mulheres, por funções sociais. Esse processo teve um ponto alto nas conquistas na Constituição de 1988.

É importante destacar o processo de organização regional, que tem na Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - um dos seus espaços de aglutinação e articulação. Hoje a Coiab congrega mais de 100 organizações indígenas, de 165 povos, organizada em 31 regiões. Apesar de ter passado por momentos de crise, hoje ela está num processo político muito ativo, com a realização constante de avaliação interna, autocrítica e ampliação de sua rede de aliados na Amazônia, no Brasil e em diversas regiões do Planeta Terra.

4.2. O horizonte profético no meio de conflitos

A Igreja vive a sua missão no meio de conflitos históricos. Por conseguinte, essa missão é sempre uma missão profética ancorada num horizonte escatológico. Cultivamos o trigo, não o joio (cf. Mt 13,24-30). Sabemos, porém, que o joio faz parte da realidade histórica. O mundo dos “puros“ seria um mundo do terror e da intolerância. A ambivalência da realidade histórica, das pessoas e do mundo e as estruturas de pecado que atravessam o mundo, não anulam a graça. Sabemos que carregamos a graça de Deus em vasos de barro.

Acreditamos na dimensão escatológica do Reino, mas não adiamos nossos sonhos para o além. Não abrimos mão do fim almejado no aqui, agora e hoje. O fim pode estar presente nos passos do cotidiano. A ternura do amor que é pra já, e o olhar místico nos fazem ver ao redor de nós e, ao mesmo tempo, ver longe. Ação articulada com luta e contemplação pode transformar a mera agitação e o trabalho cotidiano ‘sem graça’ em ação salvífica.

Ao colaborar na construção do projeto de Deus, a pastoral indigenista denuncia o antiprojeto. O **antiprojeto** é o reino do pão não partilhado, do poder que não se configura como serviço, do privilégio que favorece a acumulação e do prestígio que organiza eventos de ostentação em vez de articular processos de transformação. No início da vida



pública de Jesus, este antiprojeto está presente nas tentações (Lc 4,1). Reconhecemos, hoje, o antiprojeto no mundo formatado pelo sistema neoliberal, com a sua lógica de custo-benefício, de concentração de renda e de exclusão. O projeto popular e os projetos dos povos indígenas estão cercados por quatro latifúndios que emergiram do acesso privilegiado à terra, ao capital financeiro, aos meios de comunicação e ao saber.

O movimento organizado dos povos indígenas tem na luta pela terra seu grande eixo mobilizador e unificador. Foi em torno dele que se construiu um significativo processo de solidariedade interétnica. Porém, após a terra demarcada, persiste o grande desafio da auto-sustentação e autonomia. O grande desafio colocado para mais de uma centena de povos indígenas da Amazônia é como garantir o controle e a fiscalização sobre seus territórios e recursos naturais, e, ao mesmo tempo, viver com dignidade e qualidade de vida a partir das riquezas naturais e culturais de suas terras e seus povos, na resistência permanente contra os aliciamentos do agro-negócio e da sociedade de consumo. O que está acontecendo na macroestrutura se repete na microestrutura dos territórios indígenas.

A discussão desses aspectos tem criado divergências e posicionamentos conflitantes dentro do movimento indígena e no interior da própria Igreja. A causa indígena permanece uma causa que não cabe nos sistemas de acumulação. Acumulação significa: tudo o que se produz é para poucos, distribuído numa rede de privilégios, prestígio e poder. O regime de acumulação subordina todos os projetos populares e os projetos indígenas a essa lógica.

4.3. A missão de construir um mundo para todos

A partir dos conflitos que envolvem os pobres e os outros, os excluídos e os que sofrem, compreende-se a missão como militância por um mundo melhor e por transformações históricas e pessoais concretas. A ação missionária da Igreja é **integral** (abrange a pessoa em sua totalidade: corpo, alma, espírito, intelecto, razão, emoção), **específica** (junto a um determinado grupo social: campo, cidade, afro-americanos, indígenas, pescadores, sem-teto, excluídos, África ou Ásia) e **universal** (articulação dos diferentes segmentos sociais na causa comum do Reino). A missão vai dos contextos concretos das comunidades locais até os confins do mundo. O grande desafio da missão é a articulação e mediação entre contextualidade e universalidade.



Melhorias do sistema capitalista não vão criar espaços para os povos indígenas e seu projeto alternativo. Hoje, o Banco Mundial procura cooptar as ONGs e as Igrejas com um discurso de “luta contra a pobreza”, mas, é claro, sempre no interior do capitalismo. Por isso, propõe – com medidas compensatórias - melhorias, correções, cestas básicas do capitalismo - e um controle moderado pelo Estado. Para a supressão do direito, para o roubo da terra, para a desterritorialização, para o roubo do futuro e da palavra não existem medidas compensatórias. Poderíamos resumir essa estratégia das “medidas compensatórias”: “mudar para continuar”. Assistimos a um enquadramento sistêmico dos “rebeldes” e da rebeldia social pelos aparelhos privados de hegemonia que atuam, por exemplo, através das grandes ONGs na América Latina. Não vamos poder defender a Amazônia indígena mudando apenas o visual do capitalismo. Um outro mundo é possível e já existe no meio dos povos indígenas:

- pela visão da terra que têm, não olhando para o lucro, mas para a festa;
- pela visão da vida, que não permite a acumulação;
- pela visão do outro, que não é cliente, mas amigo;
- pela visão da natureza, que é irmã.

A terra representa o núcleo de um outro modelo de vida. O movimento indígena e tudo o que acontece na aldeia têm uma *plus-valia* pedagógica. Se a “retomada do sistema educacional” pelos povos indígenas significa assumir a escola para construir uma sociedade que não produz menores abandonados nem drogados, a retomada das terras indígenas – além de ser uma vitória contra o latifúndio e a reparação de uma injustiça – é um projeto pedagógico que mostra como “produzir para viver” em vez de “viver para produzir”.

Em plena euforia de desterritorialização do capital, vivemos uma reterritorialização emergente e real a partir das retomadas das terras indígenas. Algo semelhante acontece com o movimento dos sem-terra, que representa a memória histórica da reforma agrária negada. Num momento que relativiza a territorialidade pela virtualidade sem solidariedade, o movimento popular retoma territórios geográficos, ideológicos e imaginários e encrava seu logotipo “um mundo para todos” nas agendas políticas.

Os povos indígenas rompem, ciclicamente, o círculo de giz da normalidade do absurdo. As retomadas de terra são saídas das molduras



com as quais os governantes colocaram os povos indígenas na parede para comemorar seu passado e negar seu futuro. O pulo das molduras do imaginário oficial à realidade histórica caracteriza a passagem da tutela à autodeterminação. Saídas *do* mundo-mercado globalizado ou, no caso de muitos povos indígenas, a não-entrada nesse mundo, visam uma espécie de *exterioridade* ao sistema hegemônico. Essa exterioridade aponta para transformações radicais que resgatam a dimensão universal inerente a cada causa particular. Aponta para a universalidade como participação de todos em contrapartida à globalização excludente.

Hoje, como em 1968, estamos passando por um rito de iniciação. Nesse rito, a criança recebe um nome. O pajé dos guaranis recebe o nome da criança num sonho. Estamos aqui para dar o nome ao “outro mundo que é possível” e assim afirmar a sua existência. Sonhamos com muitos nomes, nesta noite do neoliberalismo. Alguns desses nomes significam metas, como “paz”, “aliança”, “solidariedade”, “resistência”, “articulação” e “esperança”. Outros são nomes de algumas pessoas e mártires desta Amazônia legal e ilegal: Chico Mendes, Ezequiel, Dorothy, Gringo, Josimo. A lembrança e a afirmação dos nossos sonhos nos permitem continuar a marcha entre Porto Seguro e Porto Alegre. É um ensaio para a marcha maior contra o império, que é um gigante com pés de barro.

(Itesc, 12.10.2006)

Endereço do Autor:

suess@uol.com.br